

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 685 - Brasília, sexta-feira, 8 de maio de 1998

Senadores homenageiam Mato Grosso, a nova fronteira agrícola

Campos elogia desenvolvimento com preservação, Bezerra defende solução para problemas de transporte, Jonas vê mudança do perfil econômico e Tebet sugere união com Mato Grosso do Sul em torno de bandeiras comuns



A capacidade demonstrada por Mato Grosso, ao romper o isolamento secular para se tornar um dos maiores produtores e exportadores de grãos do Brasil, foi destacada pelos diversos senadores que, na sessão de ontem, homenagearam os 250 anos de criação do estado. Participaram da homenagem, realizada no plenário do Senado (foto), Júlio Campos, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro e Ramez Tebet, além de parlamentares de outros estados. **Página 5**

Plenário aprova gratificação para militares

PÁGINA 6

Távola faz alerta sobre sexo precoce

O senador Artur da Távola defendeu ontem a adoção de uma estratégia comum da sociedade, do governo e do Senado em defesa das adolescentes brasileiras. Ele lamentou a precocidade sexual no país e lembrou que uma em três meninas de até 19 anos já é mãe ou espera o primeiro filho. **Página 8**



CAE aprova empréstimos para ajuste fiscal dos estados

Cinco pedidos de empréstimo ligados ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Também receberam parecer favorável da comissão dois pedidos destinados a obtenção de crédito para giro de dívida mobiliária e a programa de reforma administrativa estadual. **Página 7**

Planos de saúde em pauta na terça-feira

O projeto de lei que regulamenta os planos e seguros de saúde, aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais, deverá ser apreciado pelo plenário na terça-feira. Desde o início do ano, 138 matérias já foram apreciadas pelo Senado. Entre elas, duas emendas constitucionais foram aprovadas em dois turnos e uma - incluindo a moradia entre os direitos sociais - aprovada em primeiro turno nesta semana. **Páginas 2 e 3**

Depois de uma longa negociação que resultou no acordo feito entre o governo e o relator do projeto, Sebastião Rocha, senadores decidirão o futuro dos 40 milhões de brasileiros associados aos planos e seguradoras de saúde

Planos de saúde vão a plenário na terça

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (11.05.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (12.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLS nº 93/93, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que dispõe sobre a base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal; quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris - BNP, no valor equivalente a 7 milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 51,3 milhões de dólares, junto ao Peene Werft GmbH (Programa de Reaparelhamento da Marinha); e "Requerimento nº 252/98, do senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o PLC nº 91/96, que legaliza a prática de jogos de azar, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais

Quarta-feira (13.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que institui o serviço civil obrigatório; Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "PLC nº 81/96, que dispõe sobre prescrição de direito de ação; discussão em turno único do "PLC nº 60/97, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de agente penitenciário na carreira policial civil do Distrito Federal; e discussão em turno único do "PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência

COMISSÕES

Terça-feira (12.05.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 135/95, que dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento ecológico-econômico para uso alternativo do solo; "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; "PLS nº 202/96, que estabelece padrões

de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitam identificação por deficientes visuais; "PLS nº 118/95, que dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica e o Sistema Monetário Nacional, que institui a Unidade Real de Valor - URV; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; "OFS nº 23/98, solicitação do governo de Mato Grosso sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 284 milhões; "OFS nº 33/98, solicitação do governo da Bahia para a revisão dos percentuais de limite de comprometimento do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados no valor de R\$ 959 milhões; e "OFS nº 30/98, solicitação do governo de Rondônia referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados no valor de R\$ 146 milhões. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (13.05.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Terça-feira (12.05.98)

11h - Comemoração do Dia Internacional do Museu, com a exposição *Brasileiro Darcy, Senado Galeria*

Quarta-feira (13.05.98)

11h - Lançamento do Relatório Rádio & TV no Brasil - *Diagnósticos e Perspectivas*, pelo presidente da comissão especial destinada a analisar a programação de rádio e TV no país, Senador Hugo Napoleão. Sala 2 - Ala Nilo Coelho

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Terra Estrangeira*, de Walter Salles e Daniela Thomas. Auditório Petrólio Portela

O plenário do Senado discute na terça-feira, dia 12, o projeto de lei que regulamenta os planos e seguros de saúde. A proposta, apresentada pelo então senador Iram Saraiva, em 1993, recebeu um substitutivo na Câmara, voltando ao Senado, onde foram feitas apenas supressões. Se houvesse mudança de conteúdo, o projeto seria novamente analisado pelos deputados, atrasando sua entrada em vigor.

Considerado um dos projetos mais importantes em discussão no Congresso, por afetar diretamente 40 milhões de pessoas que pagam mensalidades de planos de saúde, o projeto foi negociado longamente pelo relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), com o governo.

A proposta muda várias práticas adotadas pelas empresas que oferecem planos e seguros de saúde. Entre as inovações, está a obrigatoriedade de cobertura de todas as doenças que fazem parte da Classificação de Doenças da Organização Mundial de Saúde. Tratamentos psiquiátricos, que sem-

pre foram recusados pelos planos de saúde, terão de ser cobertos pelas empresas.

Os planos também não poderão mais limitar o número de dias de internação por segurado e nem discriminar idosos e portadores de deficiências. Ficam proibidos os aumentos de preço por faixa etária a partir dos 60 anos de idade, e os planos terão de pagar os medicamentos de uso ambulatorial.

A regulamentação prevê ainda que os planos terão de dar cobertura a "procedimentos de alta complexidade", como transplantes, tratamentos de câncer e Aids, ou cirurgias neurológicas e cardiovasculares. Mas tal cobertura dependerá de um detalhamento a ser feito pelo Ministério da Saúde.

Para o governo, outra inovação importante em termos financeiros: os planos de seguro e saúde terão de ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento de associado.

Concluído relatório sobre rádio e televisão

A comissão especial que analisou a programação das emissoras de rádio e televisão no país, sob a presidência do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), lançará na quarta-feira, dia 13, às 11 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, a obra *Relatório Rádio e TV no Brasil - Diagnóstico e Perspectiva*.

Os trabalhos da comissão tiveram início em 1995 e foram

concluídos em 1997, tendo colhido em audiências públicas o depoimento de personalidades de vários setores da sociedade, como a juíza Denise Frossard, o jornalista Fernando Barbosa Lima, o novelista Dias Gomes, o diretor Walter Avancini, Roberto Mulyaert e Geraldo Casé.

A comissão teve como relator o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Portella: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Reforma administrativa, regime funcional dos militares e inclusão da moradia entre os direitos sociais são as mudanças em andamento ou realizadas na Constituição este ano

Com 138 matérias apreciadas, Senado já votou três emendas constitucionais

A proposta de emenda incluindo a moradia entre os direitos sociais garantidos pela Constituição, aprovada em primeiro turno na quarta-feira, dia 6, é uma das 138 matérias apreciadas pelo plenário do Senado desde o início das atividades legislativas deste ano. Outras duas emendas já foram aprovadas – a da reforma administrativa e a do regime funcional dos militares – e mais seis estão atualmente na Ordem do Dia, em fase de discussão.

Na última semana (de 4 a 8 de maio) foram aprovadas sete matérias, entre elas a programação monetária do governo para o segundo trimestre de 1998, além de autorizações de empréstimos e mensagens de escolha de autoridades (ministro Aldir Passarinho Júnior, para o Superior Tribunal de Justiça) e de novos embaixadores do Brasil (João Carlos Pessoa Fragoso - Grécia; Roberto Soares de Oliveira - Suíça).

O plenário decidiu também

remeter de volta às comissões a proposta de emenda que muda o período do recesso parlamentar em ano eleitoral e aprovou requerimento do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) determinando que a Comissão de Fiscalização e Controle verifique se as recomendações das CPLs dos Precatórios e dos Fundos de Pensão foram cumpridas pelo Executivo e Legislativo.

Ainda nesta semana, a Comissão de Assuntos Sociais

votou parecer alterando o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado regulamentando os planos de saúde, que agora irá ao plenário da Casa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto que cofe a protelação de processo judicial. E a Comissão de Educação decidiu realizar audiências públicas sobre a regulamentação da Lei de Radiodifusão.

Na Comissão de Relações

Exteriores foi realizada a sabatina dos diplomatas Stélio Marcos Amarante e Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, indicados, respectivamente, para as embaixadas na Bolívia e no Senegal. Já a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou sete solicitações de autorização para operações financeiras encaminhadas pelos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul e Rondônia.



Na semana passada, o plenário aprovou sete matérias



Odacir: questão de justiça

Odacir quer isenção de impostos para idosos

A isenção de impostos federais para pessoas com mais de 70 anos foi proposta pelo senador Odacir Soares (PTB-RO). O projeto foi apresentado pelo senador como "um ato de reconhecimento da nação aos seus cidadãos que dedicaram toda a vida à construção da riqueza, à formação de novas gerações e ao progresso da pátria".

O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão em caráter terminativo. Isso quer dizer que, se aprovado pela CAE, o projeto somente será votado no plenário se houver recurso apresentado por algum senador. Do contrário, é considerado aprovado pelo Senado apenas com a votação da comissão.

Em sua justificativa, o senador afirmou que "a nação só deve exigir de seus filhos contribuição financeira compulsória enquanto eles estiverem em plenas e satisfatórias condições físicas e mentais para participar do esforço nacional". Odacir Soares lembrou que a proporção de idosos dobra a cada geração, e em 20 anos representarão 20 milhões de pessoas.

O senador justificou a isenção pelo acréscimo de renda que origina, necessário porque as pessoas em idade avançada estão excluídas do mercado de trabalho. Lembrou que, além disso, as pessoas mais velhas têm mais despesas com tratamento de saúde.

Resultado da Previdência derrotou Brasil, diz ACM

"A derrota não foi do governo; a derrota foi do Brasil", afirmou ontem de manhã o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao comentar a rejeição da obrigatorie-

Conforme o senador, o interesse público deve estar sempre "acima dos interesses partidários ou fisiológicos". Antonio Carlos destacou que, lamentavelmente, "o povo é que vai pagar, mais adiante, o erro dos deputados".

O presidente do Senado afirmou que o resultado "enfraquece o Legislativo" e disse esperar que o governo tenha meios "para enfrentar alguma coisa assim". À



Antonio Carlos recebe Mendonça de Barros

dade de idade mínima para aposentadoria, dentro da proposta de reforma da Previdência Social, em votação na Câmara dos Deputados.

tarde, Antonio Carlos Magalhães recebeu em seu gabinete o novo ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Francelino lembra os 25 anos da Embrapa

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou os 25 anos de atuação da Embrapa, dizendo que, graças ao seu trabalho, hoje é possível plantar-se soja no cerrado; o semi-árido nordestino exporta frutas; dezenas de pragas das lavouras desapareceram; o trigo brasileiro é tão bom quanto os melhores do mundo; e as lavouras ficaram mais produtivas com custos menores.

Ele definiu o trabalho da Embrapa como de extraordinária importância para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária no Brasil, afirmando que o complexo agropecuário brasileiro movimenta hoje cerca de 40% do PIB, mais de US\$ 308 bilhões, envolvendo 17 milhões de brasileiros.

– Foi nesse enorme campo de

atuação que a empresa, hoje uma das maiores instituições de pesquisa no mundo tropical, gerou milhares de tecnologias incorporadas aos sistemas de produção de centenas de produtos, explicou o parlamentar.

Conforme Francelino Pereira, hoje a Embrapa possui 9 mil empregados, dos quais 2.100 pesquisadores, 52% com mestrado e 40% com doutorado. Entre as conquistas da empresa, ele mencionou a substituição de fertilizantes químicos por processos biológicos e a substituição de agrotóxicos por métodos de controle natural.

O senador ainda disse que, além de manter 3.844 convênios com instituições brasileiras, a Embrapa tem convênio com 155 instituições de 56 países.

Senador manifestou sua inconformidade com a demora no atendimento aos atingidos pela estiagem no Nordeste e alertou que a situação pode se tornar ainda mais grave nos próximos dias

Suassuna pede urgência nas ações contra a seca



Suplicy recorda previsão

Governo teve tempo para tomar medidas, observa Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que, ao tomar conhecimento das análises feitas em dezembro do ano passado pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter viabilizado ao governo as informações necessárias para a adoção das medidas adequadas em relação à seca do Nordeste.

O estudo do Inpe analisava as consequências do fenômeno *El Niño* sobre o clima brasileiro e continha previsões para 1998, como a de que no outono deste ano haveria um acentuado déficit de chuvas para o norte do Nordeste, durante a estação chuvosa principal do Semi-Árido, de março a maio.

Ao falar sobre a situação que está sendo enfrentada pelos nordestinos, Suplicy voltou a defender a instituição de um programa de renda mínima no Brasil como forma de minorar o sofrimento da população desfavorecida.

— Há que se instituir um mecanismo segundo o qual a todas as pessoas se garanta um mínimo de renda como um direito à cidadania — frisou. Ele acrescentou que, enquanto não houver, no Brasil, um programa dessa natureza, continuará a ocupar a tribuna em defesa da renda mínima.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem, em pronunciamento no plenário, rapidez nas ações do governo para ajudar as vítimas da seca e a ampliação do número de vagas nas frentes de trabalho da Paraíba. A situação é muito grave, afirmou o senador, lembrando que a seca atinge sete estados do Nordeste e boa parte de Minas Gerais, podendo se agravar nos próximos dias.

— Os jornais desenham um mapa desesperador da seca, cujos contornos se expressam através de saques e invasões, tendo como personagens de um realismo dramático trabalhadores desempregados e lavradores que perdem suas lavouras e nada mais possuem, além da fome e do desespero — salientou.

Suassuna discordou das afirmações do presidente Fernando Henrique Cardoso, feitas durante visita ao Nordeste, de que há comida e que a população quer trabalho e não esmola. “Discordo parcialmente desse diagnóstico. Onde os saques e invasões acontecem, não existe comida para todos,

faz tempo. Realmente, a população não quer esmolas, ela exige justiça social, ainda que tardia”, disse. A partir desse entendimento, acrescentou, pode-se discutir exaustivamente o modelo de desenvolvimento brasileiro, que é excludente, e insistir na tese de que todo cidadão tem direito de



Suassuna diz que a população quer justiça social

participar da riqueza da nação. Mas o senador explicou que seu objetivo era demonstrar “indignação profunda frente à lentidão das ações” para ajudar as vítimas da seca.

— Estamos assistindo à sociologia da desagregação. Proposições historicamente reputadas como demagógicas, como doação de cestas de alimentos e alistamento em fren-

tes de trabalho, assumem hoje a conotação de ações emergenciais impostergáveis, premissas para a manutenção do precário equilíbrio, sem o qual a paz social torna-se impossível — comentou.

A expectativa do governo é de alistar 482 mil flagelados nas fileiras de trabalho nos próximos 30 dias, mas esse tempo é considerado muito longo pelo senador. A produção agrícola do Nordeste, que deveria ser de nove milhões de toneladas de grãos, será de apenas 3,83 milhões, devido à seca. Por esse motivo, Suassuna acredita que o governo não terá outra opção senão a de colocar todo o estoque estratégico de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) à disposição dos nordestinos.

Quanto à ampliação do número de vagas nas frentes de trabalho, o senador disse que foi solicitação da Cúria Diocesana de Cajazeiras, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Tavares e da Câmara Municipal de Conceição, na Paraíba.



Júnia critica omissão

Júnia reclama atenção aos flagelados do norte de Minas

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) cobrou ontem do governo federal atenção ao norte de Minas, onde já há, segundo levantamento feito por prefeitos da região, 180 mil flagelados pela seca. A senadora relatou telefonema que recebeu pela manhã, com a informação de que crianças do norte de Minas morreram esta semana por desnutrição.

— A população está desolada com a omissão das autoridades — garantiu.

Júnia Marise citou a informação veiculada na imprensa de que o governo deixou três ministros de plantão para receber parlamentares e liberar verbas a fim de garantir votos para a reforma da Previdência, e sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso coloque ministros de plantão “para ir a essas regiões e estender as mãos à população”. Segundo ela, a população do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha está vivendo uma situação “tão dramática quanto a do Nordeste”.

A senadora leu manchetes de jornais mineiros com referências à sede e à fome por que estão passando os moradores dessas regiões, e um relatório dos prefeitos sugerindo medidas para amenizar as consequências da seca, como a construção de mini-barragens e de poços artesianos e a formação de frentes de trabalho.

Wellington pretende concentrar sua atuação no combate à miséria

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) apresentou ontem, em plenário, os pontos que deverão fundamentar sua atuação parlamentar, e rendeu homenagens ao senador Humberto Lucena, falecido em abril, a quem substituiu. Segundo Wellington, Lucena foi um pacificador por excelência, precursor dos ideais democráticos do país.

Wellington Roberto disse que pretende basear o seu mandato no combate à miséria que assola o Nordeste, sem, no entanto, abandonar o combate às mazelas que afligem o restante do país. “Seria um néscio se não reconhecesse os males e as ocorrências de norte a sul do

Brasil”, afirmou.

Uma das propostas que o senador pretende defender é a transposição das águas do rio São Francisco. “Quando nos vem à mente o grito de necessidade dos sofredores, vítimas da seca, da fome, do desemprego, temos que defender como uma das soluções básicas a aprovação e execução desse projeto”, frisou.

O senador paraibano demonstrou preocupação também com a situação da saúde no país, pela presença de doenças que culminam com a elevação do índice de mortalidade infantil a níveis que considerava assustadores. Outro setor que vai merecer sua atenção, salientou, é a educação.

Ele lamentou o quadro atual, em que “pais e mães de família se agrupam em enormes filas para que seus filhos amanhã não sejam ignorantes, o que levaria o Brasil ao caos total”.



Wellington lembra Lucena

HOMENAGEM A MATO GROSSO

Senadores destacam a nova fronteira agrícola

As riquezas de Mato Grosso foram decantadas ontem pelo plenário do Senado, numa homenagem aos 250 anos de criação do estado. O senador Júlio Campos (PFL-MT) lembrou que o estado é a grande fronteira agrícola atual. Levy Dias (PPB-MS) sublinhou o fato de ser hoje o estado o segundo maior produtor de grãos do país. Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que, com atenção oficial para o problema do transporte, Mato Grosso pode chegar a produzir em torno de 80 milhões de toneladas. Lúcio Coelho (PSDB-MS)

lembrou da colonização do Mato Grosso por brasileiros oriundos de outras regiões do país. Ramez Tebet (PMDB-MS) trouxe para a homenagem o potencial que o ecoturismo representa para a região. Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou a mudança do eixo econômico do estado, da produção mineral para a de grãos. Por fim, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à homenagem, ao afirmar que a região merece atenção porque produz e pode produzir ainda mais.

Campos elogia desenvolvimento com preservação

Autor da proposta de homenagem prestada ontem pelo Senado a Mato Grosso, o senador Júlio Campos afirmou que o estado, em função de suas condições topográficas e climáticas e também da capacidade do seu povo, apresenta-se como a grande fronteira agrícola brasileira.



— Aos 250 anos, Mato Grosso consegue conciliar desenvolvimento econômico, necessário e útil, com a preservação das riquezas naturais, imperativo de sobrevivência da humanidade — comentou Júlio Campos, que também já foi governador do estado.

Citando dados históricos, Júlio Campos disse que a crise da economia do açúcar e a notícia da descoberta de pedras e metais preciosos no interior (nas regiões onde hoje se localizam Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) forçaram a mudança do processo de ocupação do Brasil. Antes, a exploração colonial era feita apenas no litoral.

Júlio Campos registrou que, quando chegou a São Paulo a notícia da descoberta de ouro em Mato Grosso, por uma bandeira chefiada por Pascoal Moreira Cabral, levadas de imigrantes dirigiram-se para a nova terra. "Estes

valentes e destemidos homens vararam o atual território mato-grossense, incorporando-o à colônia portuguesa e tornando letra morta os limites traçados em Tordesilhas", completou.

Ao se solidarizar com a homenagem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a importância de Mato Grosso, com suas hidrovias, para o sucesso do Mercosul. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) observou que o estado está mudando sua face econômica de um pólo minerador para se transformar no maior produtor de grãos do Brasil.

Já o senador Levy Dias disse que Mato Grosso pode se considerar privilegiado pelo seu potencial nas áreas da agricultura, pecuária, mineração e indústria.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) lembrou que foram os paulistas que formaram bandeiras e partiram para colonizar o estado. E o senador Odacir Soares (PTB-RO) argumentou que o Centro-Oeste jamais pertenceria ao Brasil se não houvesse a colonização através de Mato Grosso.

Bezerra: solução para transporte elevaria produção

Criado há 250 anos por João V, o Mato Grosso, que compreendia os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, saiu de seu isolamento e abandonou históricos para transfor-



mar-se no primeiro estado do Centro-Oeste em exportação de grãos, afirmou ontem o senador Carlos Bezerra. Ele acrescentou que, com atenção oficial na solução do problema dos transportes na região, o estado tem condições de produzir o equivalente a toda a atual safra agrícola brasileira de grãos — 80 milhões de toneladas.

De território limítrofe com a América espanhola na época das capitanias e palco, nesse século, de violentas lutas oligárquicas, o Mato Grosso, a partir dos anos 60, "conheceu um fluxo migratório de sulistas que mudou radicalmente o perfil sócio-econômico e político do estado", relatou o senador.

Em 1977, por meio de lei complementar, o Congresso desmembrou o estado, dando origem ao Mato Grosso do Sul. "A parte mais rica de Mato Grosso", afirmou.

Conforme Bezerra, o governo federal não cumpriu os compromissos assumidos com o Mato Grosso por ocasião do desmembramento, mas "os mato-grossenses souberam dar a volta por cima".

O senador registrou sua expectativa de que o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, engavetado pelo governo, seja agora implementado. "Hoje assume a frente da Secretaria de Políticas Regionais o ex-secretário de Planejamento do governo de Mato Grosso, Ovidio de Angelis", registrou.

Em aparte, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse que Cuiabá é importante centro de desenvolvimento do Centro-Oeste e que o Mato Grosso, para os brasileiros oriundos de outras regiões, "representa um

orgulho".

Para Iris Rezende (PMDB-GO), a solução dos problemas nacionais terá que, obrigatoriamente, passar pelo Centro-Oeste e, portanto, pelo Mato Grosso. Este, por tanto tempo isolado do resto do país, já mostrou, a seu ver, "o que é, pode ser e será, desde que a atenção oficial se volte para ele".

Tebet sugere união de estados por lutas comuns

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul devem unir-se na luta por desenvolvimento que visem ao bem-estar das populações dos dois estados, afirmou o senador Ramez Tebet.



Entre as necessidades comuns, citou a da exploração do ecoturismo, aguardando, apenas, um projeto de desenvolvimento para o setor. Ele destacou que a região tem como principais atrativos, além do Pantanal, a Chapada dos Guimarães (MT) e a cidade de Bonito (MS).

Ramez Tebet citou também o anseio dos dois estados por um processo de industrialização, as fronteiras comuns com os países vizinhos e a consequente necessidade de aproveitamento do mercado consumidor do Mercosul. Um outro projeto comum, segundo o senador, deve ser desenvolvido com o objeti-

vo de salvar o Pantanal, que vem enfrentando problemas como o garimpo desenfreado, a aplicação de produtos químicos não condizentes com a produção agrícola e o assoreamento dos rios.

O senador observou que a história mostrou estarem enganados os que foram contrários à divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, "porque Mato Grosso se apresenta forte, pujante, está avançando e já superou, na produção de grãos, Mato Grosso do Sul". Tebet insistiu na necessidade de uma união de esforços entre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás:

— Temos problemas comuns e precisamos somar — concluiu.

Produção pode ser ainda maior, afirma ACM

Ao final da homenagem prestada ontem a Mato Grosso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às comemorações pelos 250 anos de existência do estado. Ele destacou que essa data "passa a ser, também, uma data do próprio Brasil".

O senador assinalou que o estado tem se projetado em todo o país, "sobretudo agora, com sua produção agrícola e a capacidade de demonstrar o seu valor na região Centro-Oeste". Antonio Carlos pediu que o governo olhe a região com todo o interesse: "Ela merece atenção porque produz e pode produzir mais", disse.

Goiás poderá obter empréstimo no Japão para restaurar rodovias

O estado de Goiás poderá contrair empréstimo de cerca de R\$ 29 milhões junto ao Eximbank do Japão para melhoria de sua malha rodoviária. A operação será possível devido ao aumento no limite de endividamento do estado, autorizado ontem pelo Senado. Os recursos destinam-se à aquisição de equipamentos para a manutenção das rodovias goianas, dentro do programa de Patrulha Mecanizada. O objetivo do projeto é o de dar suporte ao desenvolvimento sustentado do estado, fomentan-

do o escoamento da produção agropecuária.

A resolução do Senado fixa condições para o empréstimo, obrigando o estado a apresentar como garantia bens e receitas oriundas do ICMS e do Fundo Constitucional de Participação dos Estados. A autorização é válida por 270 dias.

Na mesma sessão, o plenário aprovou a emissão de letras financeiras pelo estado do Paraná. Com a operação, o estado pretende rolar a sua dívida mobiliária, que vence no primeiro semestre de 1998. O relator da proposta, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), ressaltou que o refinanciamento não alcança o limite estadual de endividamento. Ele acrescentou que a relação entre dívida e receita do estado do Paraná é menor do que a média verificada para os demais estados.

De acordo com o senador, a solicitação paranaense está amparada na Emenda Constitucional nº 3, que permite a emissão de títulos públicos pelos estados e municípios quando destinada ao refinanciamento de sua dívida atualizada.



Kleinübing: a favor do Paraná

Suplicy cobra implantação de projeto de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a cobrar do presidente Fernando Henrique Cardoso, em plenário, a regulamentação do projeto de renda mínima associada à educação, já aprovado pelo Congresso Nacional. Pelo projeto, os pais carentes que mantiverem seus filhos, em idade escolar, no ensino fundamental terão o direito de receber um complemento de renda do governo federal.

Em seu julgamento, se a lei tivesse sido implementada os problemas atinentes à seca do Nordeste, com os constantes saques feitos pelos flagelados a armazéns e supermercados, não teriam acontecido. Para exemplificar o descaso do governo em relação ao Nordeste, Suplicy leu também relatório elaborado pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe, em 17 de dezembro de 1997, que já anunciava o período de

seca para aquela região. Segundo o senador, caberia ao governo tomar as medidas preventivas naquela ocasião.

Suplicy comentou ainda a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o envio de alimentos para acabar com a fome do Nordeste contribui pouco, por ser antieconômico. "Bem, se esta forma não é adequada, haverá outras formas de se prestar solidariedade?", perguntou o senador, complementando que há inúmeros mecanismos de transferência de recursos, previstos pelos economistas, como a renda mínima.

O senador petista citou ainda o compromisso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de levar ao presidente da República, durante a visita que este fará hoje à Bahia, o apelo de Suplicy para que regulamente o projeto de renda mínima.

Jovens dispensados ou isentos do serviço militar, segundo a proposta, poderão trabalhar em atividades de assistência social

Serviço civil obrigatório será votado na quarta-feira

A proposta de emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório para os dispensados ou isentos do serviço militar será votada pelo plenário na sessão da próxima quarta-feira. A emenda determina que até mulheres e religiosos terão de fazer o serviço civil. Os jovens trabalharão em entidades de assistência social, escolas, prefeituras e em qualquer outro serviço prestado à comunidade.

De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta tramita junto com outra do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com a mesma finalidade. O novo serviço terá ainda de ser regula-



Tuma quer aproveitar jovens

mentado em lei.

Durante o quinto e último dia de discussão da emenda, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria, defendeu a sua aprovação destacando a

necessidade de se formar mão-de-obra especializada no país.

— A proposta vem em hora importante para o país. Precisamos aproveitar o enorme contingente de jovens que desejam servir às Forças Armadas. O serviço civil vem suprir a carência de atividade desses jovens — observou.

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), também defendeu a aprovação da emenda constitucional. Ele destacou a capacidade que tem o serviço civil de proporcionar uma opção aos jovens que não encontram lugar no mercado de trabalho.

Tuma presta homenagem a Tiradentes no plenário

Ao prestar ontem homenagem a Tiradentes, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que há meio século, por decreto do presidente Eurico Gaspar Dutra, a data da morte do herói, 21 de abril, foi instituída como "Dia das Polícias Civil e Militar", que passaram a ter o mártir da Inconfidência Mineira como seu patrono.

— Tiradentes é o patrono das polícias civis e militares brasileiras porque foi alferes de cavalaria das tropas pagas de Minas Gerais. Integrava, portanto, uma milícia que se situa nas origens de nossas forças policiais — acrescentou Tuma. Nas comemorações realizadas no país, registrou, os policiais também homenagearam seus companheiros mortos no combate à criminalidade. Tuma também anunciou que, após a promulgação da reforma administrativa, apresentará proposta de emenda constitucional destinada a estabelecer um regime constitucional próprio para os delegados de polícia de carreira.

Nova gratificação de militares vai a sanção

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que corrige a Gratificação de Condição Especial de Trabalho (GCET) para militares das Forças Armadas. A matéria já foi aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados e vai à sanção presidencial.

A correção dos fatores da gratificação dos militares corresponde a um aumento na GCET de 113%, retroativo a 1º de fevereiro deste ano, e de outro de 30%, sobre os novos valores, em 1º de fevereiro de 1999. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto teve como relator o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que deu parecer favorável, sem emendas, ao texto original da Câmara.

Suassuna disse, em seu parecer, que a correção da GCET é "mais um passo para se fazer justiça com os militares das

Forças Armadas, que prestam inestimáveis serviços ao país, sob condições especialíssimas de trabalho, que os obrigam a sofrer restrições sem correspondência com nenhuma categoria no serviço público".

Com a correção, a gratificação dos almirantes-de-esquadra, generais-de-exército e tenentes-brigadeiros-dor



Suassuna elogia militares

passa dos atuais R\$ 905,99 para R\$ 1.938,05 este ano. Em 1999, essa gratificação sobe para R\$ 2.516,50. A gratificação dos capitães-de-mar-guerra e coronéis passa dos atuais R\$ 660,02 para R\$ 1.411,51 neste ano e para R\$ 1.833,61 no ano que vem.

A gratificação para segundo-tenente passa de R\$ 328,78 para R\$ 703,28 e depois para R\$ 913,40. A de primeiro-sargento sobe de R\$ 185,83 para R\$ 397,44 e depois vai para R\$ 516,15.

Empréstimos relacionam-se com o programa de ajuste fiscal dos estados, giro de dívida mobiliária e programa de reforma estadual

CAE acolhe pedidos para sete operações de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu ontem cinco pareceres favoráveis a pedidos de empréstimos no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; outro a solicitação de crédito para giro de dívida mobiliária e um sétimo,



Comissão de Assuntos Econômicos aprovou pareceres favoráveis dos relatores

para programa de reforma estadual. Os sete projetos de resolução do Senado serão encaminhados para discussão e votação no plenário da Casa.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) deu parecer favorável a dois pedidos encaminhados pela Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O primeiro, no montante de R\$ 1,35 bilhão, é referente a contrato de operação de crédito firmado entre a União, o estado da Bahia, o Banco do Estado da Bahia (Baneb) e o Banco de Desenvolvimento da Bahia (Desenbanco). O segun-

do é relativo à revisão dos percentuais de limite de comprometimento do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas com a União, de R\$ 959,6 milhões.

Dentro do mesmo programa, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) teve aprovado pela CAE seu parecer favorável à solicitação de Mato Grosso para contrair empréstimo junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no valor de R\$ 284,6 milhões. Para Rondônia, a CAE acolheu parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) favorável à revisão do contrato de confissão e refinanciamento da

dívida pública estadual, no valor de R\$ 146,9 milhões. Santa Catarina recebeu a aprovação de parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), lido pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), favorável à proposta de aquisição pela CEF de débitos estaduais de R\$ 107,8 milhões junto a quatro instituições financeiras.

A CAE aprovou ainda parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES), autorizando Mato Grosso a elevar seu endividamento e contrair, junto ao Bird, a importância de US\$ 45 milhões, para financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado.

Maldaner apela por liberação imediata de ajuda à Argentina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou ontem ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para que seja imediatamente providenciada a liberação de um caminhão contendo 15 toneladas de medicamentos, retido



Maldaner: doação

no posto aduaneiro de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, quando se dirigia à Argentina. Os remédios destinavam-se à população da província de Misiones, "recentemente devastada por uma enchente que

deixou centenas de desabrigados", esclareceu o senador.

Maldaner classificou de descabidas as exigências da Receita, que, ignorando pedido do Ministério das Relações Exteriores, quer a apresentação de todos os documentos relativos à exportação comercial dos medicamentos junto ao Siscomex. "Não se trata de exportação e, sim, de uma doação, de uma questão humanitária", protestou.

Alcântara diz que o aumento do desemprego era previsível

"Embora seja doloroso para nós, do PSDB, reconhecer tal evidência, a taxa de desemprego dobrou desde o ingresso do presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto", afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), observando, contudo, que o problema já era previsível.

O senador atribuiu às novas condições do capitalismo o agravamento do desemprego, comentando que, ao alinhar-se com os parâmetros neoliberais



Alcântara: repulsa

da nova ordem internacional, o Brasil não imaginava as nefastas consequências que o aguardavam.

Lúcio Alcântara disse que, por mais que se respeitem as formulações tecnicamente precisas dos teóricos em economia, "não há como evitar um sentimento de repulsa à passibilidade de nossos economistas frente ao descalabro da estrutura produtiva e trabalhista".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o dr. Paulo Sellera (secretário-executivo da Fundação Nacional de Saúde)

7h30 - "Jornal da Amazônia"

8h - *Sete Dias na Política*, com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), sobre o relatório da comissão especial que analisou a programação da rádio e da TV; e José Eduardo Vieira (PTB-PR), sobre a crise provocada pela seca no Nordeste

9h - Sessão plenária (vivo)

Logo após a sessão plenária: Comissão de Relações Exteriores - apreciação dos srs. embaixadores Stélio Marcos Amarante e Ricardo C. do Nascimento Borges para as embaixadas do Brasil na Bolívia e Senegal, respectivamente

12h15 - Entrevista com o dr. Paulo Sellera (secretário-executivo da Fundação Nacional de Saúde) sobre a estratégia no combate a dengue do Ministério da Saúde

13h15 - *Sete Dias na Política*, com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), sobre o relatório da comissão especial que analisou a programação da rádio e da TV; e na segunda entrevista, José Eduardo Vieira (PTB-PR), sobre a crise gerada pela seca no Nordeste

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com o dr. Paulo Sellera (secretário-executivo da Fundação Nacional de Saúde) sobre a estratégia no combate a dengue do Ministério da Saúde

19h30 - *Sete Dias na Política*, com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), sobre o relatório da comissão especial que analisou a programação da rádio e da TV; e na segunda entrevista, José Eduardo Vieira (PTB-PR), sobre a crise gerada pela seca no Nordeste

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - *Senado em Pauta*

21h - "Faia, Cidadão"

22h30 - Resumo da semana

23h - Especial: Patrimônio da Humanidade: Olinda

Sábado e Domingo:

10h e 22h - Debate especial sobre a transposição do rio São Francisco como solução para a seca do Nordeste, com a participação do sen. Geraldo Melo (PSDB-RN) e do dep. Roberto Pessôa (IPFL-CE), com o jornalista Fernando Cesar Mesquita

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

8h45 - "Plenário em Revista"

9h - Sessão plenária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30

SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" apresenta a vida e a obra do escritor Moacir Scliar. Apresentação da professora Margareta Patriota

11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - o programa traz duas obras do compositor Claude Debussy: "Suite Bergamasque para Piano" e "O Quarteto de Cordas nº 1 - Opus 10". Apresentação do senador Artur da Távola

15h - Resenha da semana (comissões/presidência)

16h - "A Música do Brasil" - no programa, vários sambistas, entre eles Ciro Monteiro, Jorge Veiga, Roberto Ribeiro e Zeca Pagodinho. A apresentação é do senador Artur da Távola

20h - "Especial do Mês" (reprise) traz um dos artistas brasileiros de maior prestígio nos Estados Unidos e México: o cantor Peri Ribeiro

21h30 - Resenha da semana (plenário)

22h - "Século XX" - A oposição ao regime militar, o movimento estudantil ganha as ruas: Wladimir Palmeira fala sobre a "Passeata dos Cem Mil", a Tropicália: com depoimentos de Tom Zé e Sábato Magaldi, o apogeu dos festivais. E ainda: Caetano Veloso, Capinam, Torquato Neto, Johnny Alf, Gilberto Gil

DOMINGO

16h e 21h - Resenha da semana (plenário)

19h30 - "Autores e Livros" (reprise)

22h - "A Música do Brasil" (reprise)



Porto: ganho de produtividade

Porto elogia performance da Embrapa

Ex-ministro da Agricultura, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) ressaltou ontem que a tecnologia e a pesquisa desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são as maiores responsáveis pelo aumento de produtividade, pela redução de custos e pela melhoria de qualidade dos produtos brasileiros. Foi isto, segundo o senador, que permitiu ao Brasil produzir 80 milhões de toneladas em 97, gerando superávits comerciais da ordem de US\$ 11,7 bilhões na área agrícola.

Para o senador, sem as pesquisas da Embrapa, certamente não teria sido possível ocupar os cerrados, fazendo do Brasil o segundo produtor mundial de soja, com a maior fronteira agrícola do planeta. "Onde há altitude e água, está o cerrado atraindo a cafeicultura. Graças à pesquisa foi possível a redução do uso de insumos, particularmente de adubos e agrotóxicos, tornando o cultivo mais econômico e reduzindo a agressão ao meio ambiente. Somente a tecnologia de fixação de nitrogênio por bactérias resulta numa economia anual de US\$ 1,5 bilhão", enfatizou.

Em aparte, o senador Levy Dias (PPB-MS) elogiou o trabalho da Embrapa, explicando que sempre utiliza os serviços da empresa em suas atividades de produtor de milho e sorgo. "Ela desenvolveu variedades mais rentáveis e resistentes desses produtos. Esse é o caminho a seguir, se o Brasil quiser disputar com produtores dos EUA, da Europa e até da América Latina", concluiu.

Senador diz que escolas, famílias e governo não podem ficar passivos diante da precocidade sexual que aumenta casos de Aids e de abortos

Távola cobra medidas para a proteção dos adolescentes

Ao citar números que considerou aterradoras sobre sexo, aborto e Aids entre adolescentes de 10 a 19 anos, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) conclamou ontem o Senado, o governo e a sociedade a definirem uma escala de valores para que seja possível construir um país moderno, garantindo oportunidade e bem-estar para todos. "Não se trata de sonhar como um poeta, isso é um assunto concreto de política que diz respeito a todos nós", alertou.

Távola leu, em plenário, artigo publicado na imprensa com dados do Ministério da Saúde registrando que, no ano passado, um milhão de adolescentes brasileiras ficaram grávidas. "Uma em cada três meninas de até 19 anos no Brasil já é mãe ou está grávida do primeiro filho. Metade desses filhos é indesejada. O número de abortos também



Távola critica "bombardeio da TV"

crece assustadoramente: somente no SUS (Sistema Único de Saúde), chegaram no ano passado 241 mil adolescentes vítimas de abortos quase assassinos."

— Que futuro terá o Brasil com um milhão de adolescentes grávidas por ano? Qual o destino dessas 50% de crianças indesejadas? — indagou Távola. Ele destacou o grande número de patologias que cercam essas condições difi-

ceis para menores, que, acrescentou, podem estar relacionadas com a violência e criminalidade crescentes verificadas entre os jovens.

Para Távola, a precocidade sexual no Brasil está gerando um processo descontrolado, que as famílias e escolas não conseguem controlar. "As estatísticas sobre Aids entre adolescentes mostram que, entre 90 e 96, os casos entre heterossexuais cresceram 300%. Não é consolo saber que o problema é mundial: dos 30 milhões de infectados com Aids no mundo, 33% estão entre 10 e 24 anos", destacou.

O senador citou o "bombardeio sexual" pela TV, em horários acessíveis a crianças e adolescentes, a publicidade usando sexo para vender qualquer produto e a ênfase excessiva no consumo a qualquer custo como algumas das causas da precocidade sexual.



Josaphat é contra punir grevistas

Josaphat pede solução para greve

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) defendeu ontem maior diálogo entre o ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, e os professores universitários, para encerrar a greve que já atinge mais de 50 instituições federais de ensino do país. Ele disse que não é hora de apoiar ou condenar a greve, mas de encontrar uma solução para o impasse.

— No momento em que aumenta o desemprego no país, em que o movimento dos sem-terra se agrava e em que o sofrimento cresce por efeito da seca do Nordeste, não convém que os atritos se multipliquem ou possam projetar-se em outros ângulos da sociedade brasileira — afirmou.

Josaphat lembrou que, quarta-feira, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) comunicou ao plenário do Senado os entendimentos que foram mantidos entre parlamentares de diferentes partidos e o ministro da Educação, que sinalizam para a possibilidade de uma negociação mais direta na próxima semana. O senador defendeu a busca de um caminho pacífico para os professores e o ministério superarem o impasse atual.

Ao assinalar que não considera comum uma greve em universidades de todo o país, Josaphat disse que o momento não aconselha o governo a punir ninguém. "Os professores não devem ser privilegiados, mas as razões determinantes da greve reclamam um tratamento que não leve a posições mais radicais", explicou.

Benedita denuncia aumento de exploração sexual

O Rio de Janeiro subiu do terceiro para o segundo lugar na estatística de denúncias de exploração sexual de menores. A denúncia foi feita pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao chamar a atenção para a necessidade da união de esforços, seja denunciando ou promovendo ações que permitam a erradicação "dessa triste estatística".

— Em todo o país existem pelo menos 500 mil prostitutas, segundo estatísticas do Ministério da Justiça, sendo que 42% desse total, ou seja, 210 mil, são menores de 18 anos — revelou a senadora.

Benedita explicou que o próprio Ministério da Justiça analisou o número de denúncias recebidas e verificou que a maioria dos casos era de exploração comercial em apartamentos, saunas, residências



como a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), presidida pelo médico e deputado estadual Lauro Monteiro. Também destacou o trabalho do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e da Adolescência (CBDDCA), conhecido por atuar em casos de crianças desaparecidas. O CBDDCA criou em 1997 um serviço para casos de prostituição infantil, que atende pelos telefones (021) 220-9903 e 220-9009.

Benedita lembrou que, apesar de o país contar com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que ela classifica como uma lei de Primeiro Mundo, "continuamos com uma cultura arcaica e ultrapassada que precisa ser superada".

A senadora citou nomes de instituições engajadas na luta contra a exploração do menor,